

38  
8



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Embargos de declaração no agravo nº 292897-2/01**

**Embargante:** Estado de Pernambuco.

**Embargada:** Ministério Público Estadual – Ibirajuba – PE.

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não restando malferidos os arts. 2º; 5º; 37, caput e XXI; e 196, todos da CF/88.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no agravo nº 292897-2/01, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 03 de 2013

  
Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Embargos de declaração no agravo nº 292897-2/01**

**Embargante:** Estado de Pernambuco.

**Embargada:** Ministério Público Estadual – Ibirajuba – PE.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de embargos de declaração em face de acórdão assim ementado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (TEMODAL 100MG) CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. MULTA DIÁRIA. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. INTEGRATIVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de assegurar a todos os cidadãos, especialmente os mais carentes, o direito à saúde, justifica a imposição ao ente público da obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana. 2. Conforme a jurisprudência do STJ, a revisão do valor fixado a título de astreintes só é cabível em face da exorbitância ou do caráter irrisório do montante arbitrado, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 3. Jurisprudência desta E. Corte de Justiça. 4. Recurso de agravo unanimemente improvido (Agravo nº 292897-2/01, 2ªCDP, rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgado em 07/02/2013).

Segundo o embargante, o acórdão conteria omissões quanto ao enfrentamento das questões constitucionais suscitadas no fornecimento de medicamentos sem observância das questões administrativas, violando o princípio da separação dos poderes, prequestionando explicitamente o contido nos arts. 2º; 5º; 37, caput e XXI; e 196, todos da CF/88.

É o relatório.

Recife, 21 de 03 de 2013

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Embargos de declaração no agravo nº 292897-2/01**

**Embargante:** Estado de Pernambuco.

**Embargada:** Ministério Público Estadual – Ibirajuba – PE.

**VOTO**

No caso em apreço, a decisão embargada está pautada na Súmula nº 18 deste Sodalício e na reiterada jurisprudência do STJ e do STF, bem como, na medida em que a Constituição assegura o acesso à justiça não se pode falar em mácula ao princípio da separação dos poderes quando o Tribunal reconhece e tutela direitos subjetivos que, ao arrepio da ordem constitucional, não foram observados pelo Estado.

Nessa linha, a jurisprudência do STF tem enfatizado, reiteradamente, que o direito fundamental à saúde prevalece sobre os interesses financeiros da Fazenda Pública, a significar que, no confronto de ambos, prestigia-se o primeiro em prejuízo do segundo, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196.

No mais, segundo se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ com arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. DESNECESSÁRIO. 1. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil-CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição, ou ainda para a correção de eventual erro material do julgado, o que não ocorreu. 2. O acórdão embargado dirimiu a lide de forma clara, expressa e fundamentada, conforme se infere da fundamentação transcrita no corpo deste voto. A embargante, ao argumento de ofensa ao dispositivo do Código de Ritos, busca, na verdade, rediscutir decisão que lhe foi desfavorável

41  
8

- no caso a (in)viabilidade de o STJ rever acórdão para afastar ou reduzir a condenação por danos morais, quando o quantum arbitrado não configura desproporcionalidade. A via dos embargos de declaração não se presta para tal propósito. 3. Inexistindo qualquer das hipóteses elencadas no art. 535 do Código de Ritos, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. 4. Desnecessária a manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais para efeito de prequestionamento. A Suprema Corte considera prequestionada a matéria constitucional pela simples interposição dos embargos declaratórios. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 65.739/RJ, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/03/2012).

Por fim, se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não entendendo malferidos os arts. 2º; 5º; 37, *caput* e ~~XXI~~; e 196, todos da CF/88.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013

**Des. Ricardo Paes Barreto**  
Relator